

II

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO  
COORDENADORIA DE ESTÁGIOS**

**RELATÓRIO SOBRE A AÇÃO DO BRDE NA CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS  
DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA NO  
PERÍODO DE 1996 A 1998**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO**

**DANIELA FAORO DE BORBA**

**ORIENTADO POR:  
GILBERTO MORITZ**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:  
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA**

**Florianópolis, dezembro de 1999.**

Este Trabalho de Conclusão de Estágio foi apresentado e avaliado perante a Banca Examinadora, que atribuiu à aluna Daniela Faoro de Borba a nota \_\_\_\_\_ na disciplina de Estágio Obrigatório ( CAD 5236).

**Banca Examinadora**

---

Prof. Msc. Gilberto de Oliveira Moritz  
Orientador

---

Prof. Msc. Alexandre Marino da Costa  
Membro

---

Prof. Maurício Pereira  
Membro

## **AGRADECIMENTOS**

**Aos meus amigos,  
que sempre estiveram ao meu lado,  
principalmente nos momentos mais difíceis.**

## SINOPSE

O presente trabalho tem por objetivo o diagnóstico sobre os reflexos causados pelos financiamentos concedidos pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul ( BRDE), na criação de novos postos de trabalho, no período de 1996 a 1998, no Estado de Santa Catarina.

Durante o período de estudo foram realizadas pesquisas documentais no próprio BRDE, bem como também no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre o tema problema da presente monografia.

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva, pois tem como objetivo expor a situação em estudo e estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza, com o objetivo de servir de subsídio ao Banco na condução estratégica dos seus negócios.

## SUMÁRIO

|  |             |
|--|-------------|
| <b>SINOPSE</b>   | <b>V</b>    |
| <b>RELAÇÃO DE TABELAS</b>  | <b>VIII</b> |
| <b>LISTA DE ANEXOS</b>   | <b>IX</b>   |
| <b>1. INTRODUÇÃO</b>   | <b>10</b>   |
| 1.1 Caracterização da Empresa  | 11          |
| 1.2 Tema e Problema  | 12          |
| 1.3 Justificativa  | 14          |
| 1.3.1 Importância  | 15          |
| 1.3.2 Oportunidade   | 15          |
| 1.3.3 Viabilidade  | 15          |
| <b>2. OBJETIVO DO ESTUDO</b>   | <b>16</b>   |
| 2.1 Objetivo Geral   | 16          |
| 2.1.1 Objetivos Específicos  | 16          |
| <b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>  | <b>17</b>   |
| 3.1 Histórico do Desenvolvimento Econômico   | 17          |
| 3.2 A Situação Brasileira  | 22          |
| 3.3 Bancos de Desenvolvimento  | 28          |
| 3.4 O BRDE   | 32          |
| <b>4. METODOLOGIA</b>  | <b>48</b>   |
| 4.1 Generalidades  | 48          |
| 4.2 Delineamento da Pesquisa   | 49          |
| 4.2.1 Quanto aos Fins  | 50          |
| 4.2.2 Quanto aos Meios   | 50          |
| <b>5. ANÁLISE DOS DADOS</b>  | <b>51</b>   |
| 5.1 Situação do Estado de Santa Catarina   | 51          |
| 5.2 Descrição dos Investimentos Feitos pelo BRDE no Período de<br>1996 até 1998      | 53          |
| 5.2.1 Ano de 1996  | 54          |
| 5.2.1.1 Gráfico dos investimentos feitos pelo BRDE, no ano<br>de 1996, por atividade | 56          |
| 5.2.1.2 Gráfico dos investimentos feitos pelo BRDE, no ano<br>de 1996, por cidade    | 57          |

|  |           |
|--|-----------|
| 5.2.2 Ano de 1997.....   | 58        |
| 5.2.2.1 Gráfico dos investimentos feitos pelo BRDE, no ano de<br>1997, por atividade .....                     | 60        |
| 5.2.2.2 Gráfico dos investimentos feitos pelo BRDE, no ano de<br>1997, por cidade .....                        | 61        |
| 5.2.3. Ano de 1998.....  | 62        |
| 5.2.3.1 Gráfico dos investimentos feitos pelo BRDE, no ano<br>de 1998, por atividade.....                      | 63        |
| 5.2.3.2 Gráfico dos investimentos feitos pelo BRDE, no ano<br>de 1998, por cidade.....                         | 64        |
| 5.3 Relacionamento da Situação do Estado de Santa Catarina com os<br>Financiamentos Concedidos pelo BRDE _____ | 65        |
| <b>6 CONCLUSÃO</b> _____   | <b>67</b> |
| <b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS</b> _____  | <b>69</b> |
| <b>8 ANEXOS</b> _____  | <b>71</b> |

**RELAÇÃO DE TABELAS**

|  |    |
|--|----|
| Tabela 01: Indústria ( para micro e empresas de pequeno porte) _____   | 45 |
| Tabela 02: Indústria (demais portes) _____   | 45 |
| Tabela 03: Turismo (para micro e empresas de pequeno porte) _____  | 46 |
| Tabela 04: Turismo (demais portes) _____   | 46 |
| Tabela 05: Agropecuária _____  | 47 |
| Tabela 06: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente<br>ativas, segundo a situação do domicílio _____  | 51 |
| Tabela 07: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na<br>semana de referência, segundo a situação do domicílio e as classes de<br>rendimento mensal _____ | 52 |
| Tabela 08: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de<br>referência, segundo ramos de atividade principal _____  | 53 |

**LISTA DE ANEXOS**

Organograma do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul  
(BRDE) \_\_\_\_\_ 72



## 1 INTRODUÇÃO

A busca por desenvolvimento sempre foi uma constante na História da Humanidade. Desde os tempos mais remotos, o homem entendia que o progresso era inevitável. Senão entendia pela maneira clara como trata-se aqui, mas em seu íntimo, ele sentia que havia um modo de trabalhar melhor, de morar melhor, enfim, de viver melhor.

Através desta insatisfação constante, e da busca incessante por algo melhor, mesmo que inconscientemente, o homem foi se organizando, e com esta organização foi se desenvolvendo. Surgiram as cidades, os países, as universidades, as máquinas, as indústrias, a tecnologia. Tudo isto promovendo o desenvolvimento da Humanidade.

Por desenvolvimento pode-se entender o processo que determina a passagem de algo de um estado inicial até outro, com melhora e progresso de suas condições, se comparado com a situação anterior. Neste processo, diz-se que algo está em desenvolvimento.

Atualmente vivencia-se o desenvolvimento sob o paradigma cartesiano, mecanicista e racional-econômico, mas está-se caminhando para uma ruptura desse paradigma, para o assim chamado paradigma social, que tem como premissas o Desenvolvimento Sustentável, a Ecologia Profunda, o Raciocínio Sistêmico e a Pluralidade Racial e Social.

Existem vários enfoques atribuídos ao desenvolvimento, tais como desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, desenvolvimento ambiental. Este trabalho abordará, dentro do conceito amplo de desenvolvimento, como o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul – BRDE - está aplicando seus recursos e que resultados está trazendo ao Estado de Santa Catarina.

## 1.1 Caracterização da empresa

Este trabalho foi desenvolvido no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

O BRDE foi constituído e instalado em 22 de dezembro de 1961, em Porto Alegre, Capital do Estado do Rio Grande do Sul, tendo como outorgantes e reciprocamente outorgados os Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representados.

O Banco foi autorizado a funcionar como “autarquia interestadual de natureza econômica”. A Administração Geral e Agência funcionam, ambas, em Porto Alegre, existe uma Agência em Curitiba e outra Agência em Florianópolis.

⇒ O BRDE opera através de :

- a) financiamentos de empreendimentos públicos e privados;
- b) prestação de garantias;
- c) investimentos diretos;
- d) outras transações compatíveis com a natureza da instituição.

⇒ Para a realização de sua finalidade de entidade de desenvolvimento, o Banco financia, preferencialmente:

- ◆ investimentos de infra-estrutura de interesse regional;

- ◆ projetos especiais agropecuários, de florestamento e reflorestamento, de colonização e de reforma agrária;
- ◆ exploração de recursos naturais;
- ◆ o desenvolvimento industrial: investimentos principalmente em pequenas e médias empresas, expansão e reequipamento das indústrias existentes, instalação de novas indústrias, notadamente as que utilizam matérias-primas locais e outras de caráter pioneiro;
- ◆ construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos;
- ◆ constituição e ampliação de empresas para exploração de serviços de utilidade pública;
- ◆ serviços de interesse regional.

## **1.2 Problema e Tema**

O BRDE tem por finalidade, conceder recursos para a Região do Extremo Sul para fins de desenvolvimento da mesma.

Os objetivos do Banco pretendem promover o desenvolvimento através de:

- a) projetos de infra-estrutura de interesse regional;
- b) projetos especiais agropecuários, de florestamento e reflorestamento, de colonização e de reforma agrária;

- c) exploração de recursos naturais;
- d) o desenvolvimento industrial: investimento principalmente em pequenas e médias empresas, expansão e reequipamento das indústrias existentes; instalação de novas indústrias, notadamente as que utilizam matérias-primas locais e outras de caráter pioneiro;
- e) construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos;
- f) constituição e ampliação de empresas para a exploração de serviços de utilidade pública;
- g) serviços de interesse regional.

Para que estes objetivos sejam possíveis, o Banco oferece várias linhas de crédito. No entanto, este trabalho, irá concentrar atenções na linha BNDES-AUTOMÁTICO.

Concentra-se atenção nesta linha, especificamente, por ela ser uma modalidade abrangente de financiamento, isto é, ela é utilizada tanto no setor da indústria, como do comércio e serviços, de infra-estrutura e agropecuário. Esta linha financia:

- a) implantação, expansão de capacidade, realocização e/ou modernização;
- b) adoção de modernas técnicas de gerenciamento e de organização da produção;
- c) implantação, expansão e desenvolvimento de empresa de base tecnológica;
- d) capacitação tecnológica da empresa, desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de produtos e/ou processos;

- e) implantação de sistemas de gestão da qualidade e produtividade;
- f) conservação de energia e do meio-ambiente;
- g) informatização;
- h) infra-estrutura econômica e social;
- i) aumento da participação da iniciativa privada nos investimentos em serviços de infra-estrutura;
- j) construção de embarcações.

Devido a esta diversidade, escolheu-se a linha BNDES-AUTOMÁTICO. Através dela, pretende-se obter uma visão das atividades financiadas pelo BRDE em SC, e assim poder-se analisar estatisticamente, com números do IBGE, a evolução da taxa de emprego e seus benefícios para os municípios do Estado de Santa Catarina.

Isto conduz a questão problema:

Qual o reflexo produzido pelos financiamentos concedidos pelos BRDE, na linha BNDES-AUTOMÁTICO, em termos de criação de novos postos de trabalho, no Estado de Santa Catarina?

Desta forma tem-se o tema:

Relatório sobre a ação do BRDE na criação de novos postos de trabalho no Estado de Santa Catarina.

### **1.3 Justificativa**

### 1.3.1 Importância

O referido trabalho possui como tema o diagnóstico sobre a ação do BRDE na criação de novos postos de trabalho no Estado de Santa Catarina.

Por se tratar de uma assunto relevante, este trabalho irá buscar, junto as mais variadas fontes de documentos , qual a contribuição que o Banco está produzindo para o desenvolvimento do Estado.

Esta abordagem é importante para o Banco e seu corpo funcional, a fim de que saibam que impactos estão causando no desenvolvimento do Estado. Também é importante para o Governo e para a Sociedade, pois o desenvolvimento do Estado é de interesse de todos.

### 1.3.2 Oportunidade

A variável oferta de empregos será o assunto tratado por este trabalho. Assim, tem-se uma oportunidade de fazer-se uma reflexão quanto ao desenvolvimento do Estado, proporcionando uma base, para que se possa planejar novas diretrizes de desenvolvimento, e de estruturação de programas que auxiliem o desenvolvimento do Estado.

### 1.3.3 Viabilidade

Pelo fato de o pesquisador estagiar na organização, haverá maior facilidade no acesso aos documentos e informações.

A presente pesquisa irá se detalhar nos documentos, relatórios e se possível entrevistas com o pessoal técnico do BRDE e do IBGE.

## **2 OBJETIVOS DO ESTUDO**

### **2.1 Objetivo Geral:**

Relatório sobre os reflexos causados pelos financiamentos concedidos pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul na criação de novos postos de trabalho, no período de 1996 a 1998, no Estado de Santa Catarina.

### **2.2. Objetivos específicos:**

- ◆ Coletar e organizar os registros contratuais da linha BNDES-Automático, no Banco do Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul - BRDE, por atividade exercida e cidade de localização.
- ◆ Coletar e organizar os registros de censo de mão-de-obra no Estado de Santa Catarina, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- ◆ Relacionar as informações obtidas no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul com as obtidas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

#### 3.1 Histórico do desenvolvimento econômico

A preocupação com o desenvolvimento teve seu início a partir do século XVI, com o Movimento Renascentista, o qual trouxe o pensamento intelectual de volta, após a Idade Média. Instala-se, neste período, o sentimento de progresso, de curiosidade no saber e um ideal novo de bem-estar, de consumo e de luxo. Abriu-se, então, as portas ao progresso econômico, dando-se margem ao início do espírito capitalista. (Hugon , 1967)

Neste período, surgiu o monarca com poderes centralizados e a idéia de um Estado que coordenasse todas as forças e potencialidades da nação. Inserido no pensamento de Estado/Nação e do sentimento da necessidade de progresso, encontrou-se também o desejo de descobertas de novas terras, dando ensejo ao aparecimento do período das grandes navegações e, com ele a exploração de metais preciosos nas colônias descobertas. A idéia de riqueza das nações estava na razão direta de metais preciosos que possuíssem, sendo este pensamento chamado de mercantilismo e aplicado durante os três próximos séculos em diversos países. Deste pensamento obteve-se a noção de economia nacional.

Com o Iluminismo, no século XVIII, tem-se as doutrinas fisiocráticas e clássicas em oposição ao mercantilismo reinante, que passaram a se preocupar com os problemas de crescimento e distribuição. (Souza, 1995). Neste mesmo século, inicia-se a Revolução Industrial na Inglaterra, espalhando-se, posteriormente, para todo o mundo ocidental. Outro país que se destacou na Revolução Industrial logo após a Inglaterra foi os Estados Unidos, que mais tarde se tornará em grande potência mundial, disputando espaço de liderança com os países europeus.



A Revolução Industrial foi a alavanca para o progresso e a tecnologia que se tem no mundo atual. Ela transformou a vida dos indivíduos: tirou-os da vida rural e fez com que a maioria deles se instalassem nas cidades; transformou o colono e o artesão em operário. Trouxe, também, uma série de benefícios para o homem, dentre os quais, a urbanização das cidades, o saneamento das mesmas e melhores condições de higiene para a população em geral, diminuindo a probabilidade de doenças e, conseqüentemente, diminuindo as taxas de mortalidade e aumentando as de natalidade. No entanto, a Revolução Industrial, aliada ao liberalismo e ao individualismo começou a dar corpo ao capitalismo existente na atualidade, através da concorrência desenfreada, da exploração dos empregados com condições mínimas de subsistências, uma vez que, para que os lucros fossem mais altos, os salários dos trabalhadores deveriam ser os mais baixos possíveis. Toda esta situação, se desenrolou ao longo de, aproximadamente dois séculos, quando, no início do século XX, com Taylor, surgiu a Escola de Administração Científica, com o estudo dos tempos e movimentos.

Neste cenário, instala-se as idéias do socialismo, originadas do materialismo dialético de Marx e Engels, preocupado com as conseqüências da subsistência humana. Esta doutrina tem como principais características: a igualdade entre os indivíduos, assegurando a igualdade de distribuição dos meios de produção, limitação ou supressão da propriedade privada e da empresa privada, propondo a comunhão dos meios de produção e de consumo e a planificação da economia. (Hugon, 1967)

No início do século XX, a Europa se encontrava em crise na economia (desemprego, com queda na produção e nos rendimentos), na política (lutas entre classes sociais), na política internacional (desequilíbrio na balança de pagamentos, queda nas exportações, escassez de matérias-primas e perda nos investimentos), e na área diplomática (concorrência colonial e atritos no continente europeu), (Hobsbawn apud Moritz, 1998). Desta forma, de 1914 até 1917 ocorre a I Guerra Mundial e, em fevereiro de 1917 inicia-se a Revolução Russa, forçando um ruptura social e política inédita, tendo o poder do país ficado nas mãos dos líderes do proletariado. (Vicentino, 1998)

No período entreguerras os Estados Unidos se transformam em potência mundial. O país dominava, até 1929, 42% da produção industrial mundial, sendo que grande parte dessa produção era exportada para a Europa. No entanto, finda a I Guerra Mundial, os países europeus em crise com suas economias, tomaram medidas protecionistas, o que causou o colapso da economia americana e teve reflexos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Essas medidas protecionistas levariam ao sentimento de nacionalismo na Europa, abrindo portas às doutrinas nazi-fascistas que culminaram na II Guerra Mundial.

Nos Estados Unidos, foi implantado o New Deal, que consistiu em um plano econômico baseado na intervenção estatal. Com este plano, o país, dez anos após a crise de 1929, estava em patamares econômicos próximos aos alcançados antes do crash.

No mundo inteiro, no ano de 1939, muitos países estavam adotando regimes totalitaristas. Só se mantinham em regimes democráticos Estados Unidos, países escandinavos, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Suíça, França e Grã-Bretanha. (Moritz, 1998)

Neste contexto, os Estados Unidos tomam a dianteira em relação à economia mundial, e, novamente consolidam no ocidente o american way of life.

A, Europa, imersa no totalitarismo, buscava sobretudo conquistas militares, principalmente a Alemanha e a Áustria, que não haviam se conformado com as resoluções do Tratado de Versalhes, desencadearam a II Guerra Mundial, formando o Eixo de Ferro (Alemanha, Itália e Japão). Esta guerra, que envolveu grande número de países, provocou milhares de mortes em civis e militares, provou o holocausto judeu, e culminou com as bombas nucleares de Hiroxima e Nagasáqui.

No entanto, finda a Guerra, os vencedores foram Estados Unidos e URSS, que dividiram o planeta em áreas capitalista e socialista, respectivamente, e passaram a

dominá-lo. Com esta atitude, surge a Guerra Fria, que durou até 1989, cujo clímax foi a queda do muro de Berlim ( Alemanha), e a abertura econômica da URSS.

Desta forma, no período de 1947 a 1968, a Europa é reconstruída, através do plano Marshall (incentivo econômico americano), cujo objetivo era de fortalecer os países europeus contra o comunismo e manter o ritmo das suas exportações, consolidando sua posição hegemônica neste continente. O plano facilitou a integração entre os países, o que contribuiu para a formação do Mercado Comum Europeu, hoje Comunidade Econômica Européia - CEE. (Moritz, 1998).

Entretanto, na América Latina, desde o movimento de independência, início do século XIX, os países latino-americanos foram marcados pela idéia de serem colônias exportadoras de matérias-primas. O atraso estrutural, diante das potências capitalistas, consolidou o domínio da América Latina pela Grã-Bretanha, no século XIX e pelos Estados Unidos no século XX. O continente permaneceu sujeito a crises econômicas internacionais, que provocaram freqüentes períodos de instabilidade social e política, dificultando o seu desenvolvimento. (Moritz, 1998).

Os trinta anos que sucederam a II Guerra Mundial são chamados de anos dourados para os países desenvolvidos segundo historiadores. Com o Acordo Justo, o Plano Marshall e a recuperação econômica japonesa, houve uma aceleração no desenvolvimento econômico americano renovando os princípios do american way of life. (Moritz, 1998).

Contudo, a história desde 1960 é a de um mundo que parece ter perdido suas referências, tendo ora períodos rápidos de estabilidade e ora de instabilidade e crise. Mas, poderia se observar que as mudanças que ocorreram no mundo nesse período produziram uma grande alteração nas relações mundiais, justificando o conceito de uma nova ordem internacional. (Moritz, 1998).

Acredita-se “que esta nova ordem internacional está inserida no contexto de uma crise permanente cujos contornos principais são os seguintes: (Moritz, 1998, p. ):

- ◆ Uma situação geral de instabilidade e de crises setoriais, localizadas e passageiras;
- ◆ Mundo moderno está perdendo seus referenciais. Esta tendência deve se acentuar cada vez mais;
- ◆ Aumento da desigualdade social e econômica, gerando extremos de pobreza e riqueza;
- ◆ A impotência dos Governos, aplicando velhos remédios de políticas públicas na administração econômica de situações novas e incertas. Estado à mercê de um incontrolável mercado mundial;
- ◆ A crise nas empresas controladas pelo Estado e suas repercussões na sociedade;
- ◆ Problema causado pelas empresas transnacionais, ou seja, sua atuação sem fronteiras;
- ◆ A situação ecológica mundial e os seus desdobramentos políticos e econômicos;
- ◆ O problema do trabalho, do emprego e da empregabilidade;
- ◆ Os fluxos financeiros cruzando, livremente, as fronteiras dos Estados, dificultando o seu controle;
- ◆ A migração de indústrias de trabalho intensivo dos países de altos salários para os de baixos salários;
- ◆ Conflito entre os economistas Keynesianos (defesa do dirigismo do Estado para evitar a estagnação) e os Neo-Liberais ( corte nas despesas e custos do Estado e da iniciativa privada para o crescimento da economia capitalista);

- ◆ A dicotomia da economia formal versus informal ( origem na fuga de tributos e subproduto do desemprego);
- ◆ A concentração dos Estados-Nações em blocos e o movimento contrário dos pequenos Estados-Nações ( pró-defesa da língua, da etnia, da filosofia, do egoísmo coletivo, da riqueza, etc.)”.

Para concluir sobre a situação mundial, pode-se dizer que é um período de incerteza, com grandes realizações, mas acredita-se que seja um período de transição para um novo mundo, mais humano e mais ecológico.

### **3.2 A situação brasileira**

Para que se possa falar sobre a situação brasileira na atualidade, faz-se necessário voltar no tempo, e buscar as causas dos acontecimentos no passado a fim de entender os efeitos no presente.

O Brasil, quando de seu descobrimento, já tinha sua função na História de acordo com os acontecimentos da época: seria uma colônia de exploração. Desta forma, o país foi explorado por Portugal em suas riquezas naturais e minerais, até a proclamação de sua independência, em 1822. Na verdade, Portugal percebeu que não era possível continuar explorando a colônia sem desenvolvê-la, e para contornar o desenvolvimento, adotou uma série de medidas, entre as quais a proibição de instalação de indústrias no país e a obrigatoriedade de importação de produtos através da metrópole, onde entraria a Inglaterra com seus produtos manufaturados.

Esta independência foi influenciada pela Revolução Francesa, pela Independência dos Estados Unidos e pela Revolução Industrial. Este acontecimento também foi estimulado pela Inglaterra, pois os ingleses tinham os portos brasileiros abertos para seus produtos manufaturados. A consequência da independência brasileira de Portugal e abertura dos portos à Inglaterra tornou o Brasil economicamente dependente deste último, isto é, o Brasil se tornou independente de Portugal para

continuar a ser “colônia” da Inglaterra. Um dos reflexos das facilidades de importação dos produtos ingleses foi o atraso no desenvolvimento industrial brasileiro.

A dependência da coroa inglesa durou até a I Guerra Mundial, quando os Estados Unidos passaram a liderar o mundo e as Américas em especial. (Moritz, 1998).

Após a I Guerra Mundial, o clima no Brasil era bastante turbulento, com muitas revoltas armadas com o intuito de acabar com as oligarquias, de moralizar a administração pública e acabar com a corrupção eleitoral. Dentre essas revoltas pode-se citar a Revolta do Forte de Copacabana em 1922, a Revolta de 1924 em São Paulo e a Coluna Prestes.

Em 1929, com a crise mundial, o Brasil deixou de vender milhões em café, o que fez com que seu preço despencasse. Foi o enfraquecimento das oligarquias, desestruturando a organização da República Velha. Segundo Ianni (1996-p.25), “o que caracteriza os anos posteriores à Revolução de 30 é o fato de que ela cria condições para o desenvolvimento do Estado burguês, (...) a Revolução implicou na derrota ( não se trata propriamente de liquidação) do Estado oligárquico.”

Desta forma, após muitas revoltas, Getúlio Vargas toma o poder em 1930, implantando a República Nova. Contudo, a situação brasileira caracterizava-se por conflitos armados, balança comercial em declínio, emigração do ouro para países estrangeiros, redução das exportações e cessação da entrada de capitais estrangeiros, o que apressou o fim deste período.

Entre 1937 até 1945 ocorreu o governo ditatorial de Vargas, com o Estado Novo, época em que o país viveu em estado de emergência. Foi outorgada nova Constituição com características nazi-fascistas. O governo de Vargas era um governo de forte cunho nacionalista e culminou com a participação do Brasil na II Guerra Mundial.

Após a Revolução de 30, que colocou Vargas no poder, ocorreram diversas modificações no país. Pretendia-se estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições de tipo capitalista, uma vez que a cultura nacional estava muito arraigada às heranças dos valores e padrões surgidos na sociedade escravocrata. Neste contexto, a Revolução de 30 e as inovações nos anos posteriores provocaram a reformulação dos ideais e padrões do tipo capitalista. (Ianni - 1996, p.34).

No governo de Vargas houve grandes modificações em diversas áreas, dentre as quais pode-se citar: a criação da Constituição de 1937 de diretrizes nacionalistas e intervencionistas; em 1941, a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, com capital totalmente brasileiro e poder acionário majoritário do Estado; reformulação do direito trabalhista com o objetivo de favorecer a expansão da empresa privada (Ianni, 1996), e em 1943 a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Com o fim da Guerra, Vargas sofreu um golpe de Estado. O Estado foi reformulado, passando do poder ditatorial para uma democracia representativa. No entanto, o nacionalismo foi extinto, e o país aberto a importações, o que fez com que se gastasse 80% das reservas nacionais e aumentasse a dívida externa. Durante o governo de Dutra, utilizou-se uma política antiintervencionista e internacionalizante e não desenvolvimentista, apesar do crescimento das indústrias. Era uma política destinada principalmente a garantir as condições de funcionamento e prosperidade do setor privado, nacional e estrangeiro.(Ianni-1996, p. 119).

Em 1951, Getúlio Vargas assume o poder novamente. Encontrou uma sociedade diferenciada devido ao crescimento no desenvolvimento das indústrias, do setor de prestação de serviços e dos centros urbanos, que começaram a se destacar. Também já havia distinção entre a classe burguesa e o proletariado, ao lado da classe média e dos setores agrário, comercial e financeiro. Se deparou com problemas como inflação, desequilíbrio da balança de pagamentos, necessidade de importar máquinas e equipamentos, insuficiência de energia e transportes, e a insuficiência de oferta de

gêneros alimentícios para as populações dos grandes centros urbanos. (Ianni-1996,p.126).

Para contornar esta situação foram criados órgãos para favorecer o desenvolvimento econômico, bem como foram feitos estudos sobre os problemas econômicos. Neste contexto surgiu o plano Láfér, um plano quinquenal de investimentos em indústrias de base, transporte, energia, frigoríficos e modernização na agricultura. Para a realização do programa previsto foi criado, em 1952, o Fundo de Reaparelhamento Econômico que seria administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), também criado em 1952. (Ianni-1996, p.126) Pode-se colocar, também, que neste mesmo período foi criada a Petrobrás, e foi proposta a criação da Eletrobrás.

A partir de 1956 até 1960, o país foi governado por Juscelino Kubtschek de Oliveira, sob a proteção do exército, uma vez que o país passava por um período de crise política. O lema de JK era “50 anos em 5”. Durante seu governo, o Brasil sofreu profundas transformações no seu sistema econômico, pois a política governamental se baseava em um plano de metas que tinha por objetivo a implantação de uma estrutura industrial integrada. (Ianni, 1996-p.151).

Nestes anos, o governo criou as hidrelétricas de Furnas e Três Marias, propiciou a instalação de diversas indústrias, entre elas a automobilística, abriu rodovias como a Belém-Brasília, ampliou a produção de petróleo, e fundou a nova capital do país: Brasília. Contudo, durante seu mandato, JK aumentou a dívida externa brasileira e não cultivou o sentimento de nacionalismo, que foi uma das características mais fortes de seu antecessor, Getúlio Vargas.

No período de 1961 a 1964, Jânio Quadros foi o Presidente do país. Contudo, a crise política seguia em crescimento constante. Jânio, quando de sua posse, prometeu manter o país aberto ao capital estrangeiro. Mas, durante o governo, começou a defender uma política mais livre das pressões das grandes potências. Reatou relações com a URSS e com a China. Em 1961, Quadros condecorou Che Guevara, e dias



depois a UDN ( partido com que Jânio foi eleito) rompe com ele, o que fez com que Jânio renunciasse ao cargo.

Com a renúncia de Jânio, seu vice, João Goulart, considerado herdeiro do getulhismo, assume o poder. Permaneceu na presidência do país até 1964, quando, em golpe de Estado é exilado no Uruguai. É interessante acrescentar que Jango tinha objetivos de retomar a expansão econômica do país, através da melhora da distribuição de renda, redução da dívida externa, diminuição da inflação e manutenção do desenvolvimento econômico. Contudo, a burguesia, temendo perder seus privilégios, uniu-se aos militares, promovendo a queda de Jango.

De 1964 até 1985, o Brasil viveu sob o comando militar, com hegemonia do Poder Executivo. O país teve como governantes, em ordem cronológica, Castello Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo. Dentre os principais alvos e realizações deste período destacaram-se: (Ianni, 1996-p.229)

- ◆ Redução da taxa de inflação;
- ◆ Incentivo à exportação de produtos agrícolas, minerais e manufaturados;
- ◆ Racionalização do sistema tributário e fiscal;
- ◆ Estímulo, sob controle governamental, do mercado de capitais;
- ◆ Criação de condições e estímulos novos à entrada de capital e tecnologia estrangeiros;
- ◆ Contenção dos níveis salariais em todos os setores de produção;
- ◆ Estímulo da modernização das estruturas urbanas;

◆ Execução do plano habitacional, etc.

Segundo Moritz(1998, p.45): “Os governos militares fizeram o país crescer, pois saímos do início da década de 60 da 50º para a 10º economia com maior Produto Interno Bruto (PIB) do mundo, ao custo do aumento do desequilíbrio social. Com a crise internacional do petróleo (1973-1974), interrompe-se o chamado milagre brasileiro e ao final da década nossa balança comercial e de serviços acumula um déficit de mais de 100 bilhões de dólares.”

Porém, a crise do petróleo atingiu o Brasil de maneira muito mais grave, pois o milagre foi financiado com capital externo, o que acarretou o aumento da dívida externa e não proporcionou o desenvolvimento do mercado interno. Também o investimento concentrou-se em grandes obras, várias vezes desnecessárias e na produção de bens duráveis, inacessíveis para a maior parcela da população. (Moritz, 1998-p.45).

Com todos esses problemas, ao final da década de 70 e início da década de 80, houve o enfraquecimento do poder militar, inserindo o país no rumo à democracia civil. E, em 1982, ocorre eleições indiretas e Tancredo Neves é eleito, falecendo antes de assumir. Desta forma, assumiu seu vice José Sarney.

No governo Sarney houve eleições para o Congresso Constituinte e a promulgação de nova Constituição, em 1988.

Contudo, esta década é tida pelos estudantes da História como década perdida, pois o PIB cresceu apenas 2% ao ano em média, e as indústrias não se desenvolveram.

Na década de 90, o país se depara com o Plano Real, que trouxe um curto período de estabilidade econômica, e mostrou ao brasileiro o “preço do seu dinheiro”, fazendo com que a população visse o que é um país com baixos índices de inflação. Contudo, o país é considerado “emergente” pelos países desenvolvidos, pois não possui uma economia estável, o que pôde-se observar em janeiro de 1999, com a alta

ocorrida no dólar, o que veio desestabilizar toda a estrutura econômica nacional. Outro aspecto a considerar é a abertura econômica, ocorrida no Governo Collor, que fez com que as indústrias nacionais se apressassem em se modernizar, a fim de não perderem fatias muito grandes do mercado. Também, como todo país de economia aberta ao mundo, o Brasil sofre hoje com altos índices de desemprego, causado pela crise tecnológica mundial.

Neste cenário, pode-se dizer que o país necessita de governantes que, acima de tudo, amem o seu país, que sejam nacionalistas, a fim de o defender de forças internacionais que não têm o interesse em seu desenvolvimento, mas sim que este continue sendo uma “colônia de exploração”, com um povo miserável e ignorante.

### **3.3 Bancos de desenvolvimento**

Segundo Diamond (1961, p.22) banco de desenvolvimento pode ser definido como “instituição financeira fundamentalmente interessada em capital de empréstimo a longo prazo”. Também Diamond acrescenta que os bancos de desenvolvimento têm como principais objetivos a concessão de capital e o suprimento de capacidade empresarial, quando estiverem faltando cada um ou ambos esses requisitos do desenvolvimento econômico.

Marinho (1996, 172) expõe que os Bancos de Desenvolvimento fazem parte do sistema não-monetário, por serem instituições financeiras de aplicações movimentáveis depois de um prazo preestabelecido, denominados “haveres não-monetários”, e voltadas para a captação a médio e longo prazos.

Em sua obra, Diamond (1961, p. 24) aborda dois quesitos interessantes sobre os bancos de desenvolvimento, sendo eles: os relacionados com investimentos governamentais e os relacionados com o setor privado.

Quanto aos investimentos governamentais, ocorre que em alguns países, “os governos criaram instituições para planejar, financiar e executar projetos ou programas

de investimento por conta do governo” Algumas instituições ficaram encarregadas de tratar do planejamento do desenvolvimento econômico, como sendo uma forma de protegê-lo de interesses e negociações políticas. Contudo, é interessante mencionar que algumas das instituições que se responsabilizaram pelas atividades de planejamento do desenvolvimento econômico não as desempenharam na realidade, e foram perdendo ou gradualmente as transferindo para outros departamentos do governo. Dentre os países que adotaram esta postura quanto ao planejamento do desenvolvimento econômico pode-se citar a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), com o Prombanco Soviético, a Turquia, com Sümerbanco, e a Bolívia, com a Corporação Boliviana de Fomento.

Quanto ao outro item, o relacionado com o investimento do setor privado, estabelece que o banco de desenvolvimento deve ser uma instituição financeira primeiramente destinada ao estímulo do setor primário da economia, servindo como catalizadores de investimento, promovendo injeções de capital, capacidade empresarial e administração. Podendo ser consideradas um reflexo da constante busca pelo desenvolvimento econômico.

No Brasil, segundo Sanvicente (1995, p. 245) “até 1964, e mesmo depois, o mercado brasileiro apresentou algumas peculiaridades” com relação ao desenvolvimento econômico, podendo-se relacioná-las:

- ◆ As altas taxas de juros e da inflação, mesmo após a correção monetária de 1964, ocasionaram uma preferência por operações a curto prazo. Em consequência disso, as organizações particulares de intermediação se abstiveram do fornecimento de financiamentos a longo prazo. Cabe acrescentar que o mercado de ações era incipiente com empresas com características familiares, ou seja, fechadas, havia um favorecimento ao auto-financiamento, isto é, aquele por meio de retenção de lucros. Desta forma, prevaleciam as aplicações dos intermediários financeiros para capital de giro;

- ◆ Com vistas à melhorar a contribuição das instituições financeiras ao desenvolvimento econômico, a partir de 1964 o governo aumentou consideravelmente sua participação em programas de desenvolvimento. Este movimento governamental refletiu-se na criação de vários fundos geridos pelo Banco Central, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, sendo principalmente para investimento, mas também para capital de giro permanente. É importante ressaltar que esses fundos dedicam-se à operações de longo prazo, visando setores de maior interesse em determinados momentos ( como a exportação de manufatura ou investimentos em infra-estrutura), ou aspectos tidos com imprescindíveis para a melhoria da eficiência das empresas e da economia (reaparelhamento, estudos e projetos, democratização do capital, etc.);
  
- ◆ A partir de 1964, com a criação do Banco Central, a instituição da correção monetária e as leis que organizaram o mercado ( Lei da reforma Cambial e Lei de mercados de Capitais, respectivamente, nºs 4.595, de 31/12/64, e 4.728, de 14/07/65), o Brasil passou a ter um sistema financeiro que permitia que as empresas recorressem mais a fontes externas, alterando a estrutura de seus passivos, e menos ao auto-financiamento. A legislação acima citada criou o Conselho Monetário Nacional, que lidera o sistema, formado por dois ministros de Estado, os Presidentes do Banco Central, do BNDES, do Banco do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, além de três pessoas nomeadas pelo Presidente da República. O Conselho Monetário nacional tem por função “formular toda a política monetária e creditícia do país, com vistas a orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras em face do objetivo de desenvolvimento da economia.” Sanvicente (1995, p.247). Também o Banco Central foi criado por esta legislação, tendo ficado responsável por decisões do Conselho Monetário Nacional, além da emissão de papel-moeda e a fiscalização das operações dos intermediários financeiros que compõe o que se denomina Sistema Financeiro Nacional. Cabe ressaltar que os principais agentes financeiros federais são o BNDES, FINAME, Caixa Econômica Federal , segundo Lima Netto ( 1976, p. 140)

A FINAME, Agência Especial de Financiamento Industrial, é um agente financeiro independente do BNDES, mas este último, no entanto, detém a totalidade de suas ações. Lima Netto ( 1976, p. 140) Este agente financia a venda de equipamentos nacionais, sem levar em conta a destinação desse equipamento, ou seja, não há a exigência de projeto. Sanvicente ( 1978, p. 181)

A Caixa Econômica Federal dedica-se mais às linhas do Sistema Financeiro de Habitação, concedendo empréstimo para aquisição da casa própria. Para a concessão de empréstimos também faz uso de seus recursos próprios e da captação de fundos do público, principalmente obtidos com depósitos em cadernetas de poupança. Os financiamentos podem ser diretos ou através de agentes financeiros, que são alguns bancos de desenvolvimento e de investimentos.

O BNDES foi criado em 1952, governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de financiar projetos de desenvolvimento de infra-estrutura (energia, transporte e comunicações), sendo que atualmente atua principalmente na prestação de aval (garantia à obtenção de empréstimos por outras instituições), da participação societária ( através da compra de ações preferenciais das empresas assim financiadas), e de empréstimos diretos, a partir dos fundos especiais por ele geridos. Sanvicente (1995, p.254)

Também o BNDES atua de forma indireta através de agentes financeiros do Programa de Operações Conjuntas ( POC ) , reservando o financiamento para empresas privadas nacionais. Aos agentes financeiros do POC cabem a avaliação e o acompanhamento das operações de financiamento; incluem-se entre esses agentes diversos bancos de investimento e bancos estaduais e regionais de desenvolvimento. Sanvicente ( 1995, p. 254)

Com o intuito de descentralizar a atividade econômica e eliminar os desequilíbrios e diferenças regionais, surgiram, após a criação do BNDES, os bancos regionais de desenvolvimento voltados para o financiamento de investimentos na infra-

estrutura ou capital de giro de setores considerados prioritários nos moldes do BNDES. Sanvicente ( 1995, p. 255)

Desta forma foram criados o Banco do Nordeste (1954), o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul (1962), e o Banco da Amazônia ( BASA), por transformação do Banco de Crédito da Amazônia em 1966.

As atividades dos bancos regionais e dos bancos estaduais de fomento foram regulamentadas a partir de 1968, com a Resolução 93 do Banco Central, segundo a qual as operações ficaram orientadas para: Sanvicente ( 1996, 255)

- ◆ Empréstimos para investimento em capital de giro;
- ◆ Participação mediante subscrição de ações e debêntures no capital das empresas financiadas;
- ◆ Repasse de empréstimos obtidos no país e no exterior, configurando-se mais recentemente a sua atuação como Agentes Financeiros do Programa de Operações Conjuntas do BNDES;
- ◆ Prestação de garantias em empréstimos obtidos no país ou no exterior.

Após esta breve citação dos bancos regionais de desenvolvimento será tratado mais especificamente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-sul – BRDE, que é o foco principal deste trabalho.

### **3.4 O BRDE**

A estrutura organizacional do Banco funciona da seguinte forma: ( ver organograma, pg. 72)

I - São órgãos da Administração superior do Banco: A Junta de Administração e a Diretoria.

Junta de Administração:

Constituição: Diretoria do BRDE; três representantes do Governo Federal, e seus suplentes, com residência em cada um dos Estados, a serem designados pelo Presidente da República; dois representantes de cada Estado e seus suplentes; o Secretário Executivo do CODESUL.

Atribuições:

a) apreciar e submeter ao CODESUL:

I) o regimento interno do Banco;

II) o orçamento de custeio e investimentos do BRDE e suas alterações;

III) as contas e o relatório anula do Banco;

b) aprovar as instruções que se fizerem necessárias a quaisquer serviços do Banco;

c) fixar e modificar as taxas de juros, de depósitos, de aplicações, bem como comissões e outras remunerações, inclusive pela prestação de serviços;

d) deliberar sobre operações ou prestações de garantias que elevem direta ou indiretamente a responsabilidade de um mesmo cliente acima dos limites fixados no Regimento Interno do Banco;



- e) autorizar renúncia de direitos, transações e compromissos arbitrais, podendo estabelecer normas e delegar poderes;
- f) autorizar a alienação mediante concorrência pública, de bens imóveis do Banco;
- g) tomar conhecimento das operações do Banco, podendo a qualquer tempo examinar seus livros e documentos;
- h) examinar e julgar os balancetes mensais, bem como os balanços gerais e demonstrações da conta de lucros e perdas, semestrais, decidindo sobre a criação de fundos e as verbas que lhes devam ser atribuídas;
- i) deliberar sobre assuntos que lhe sejam propostos pela Diretoria;
- j) julgar os recursos das deliberações da Diretoria, quando amparados por dois votos;
- k) dispor sobre quaisquer assuntos que digam respeito a Administração a aos interesses do Banco;

Da Diretoria:

Constituição: um Diretor Presidente, indicado em rodízio pelos Governadores, devendo a aludida indicação recair, preferencialmente, em membro da Diretoria; um Diretor Financeiro e um de Planejamento, escolhidos pelos Governadores que não indicarem o Diretor Presidente; um Diretor Representante de cada Estado participante, de designação do respectivo Governador; um Diretor Representante da União, de designação do Presidente da República.

Atribuições:

- a) cumprir as deliberações da Junta de Administração e as disposições do Regimento Interno, assim como propor suas alterações;
- b) estabelecer e fazer cumprir as normas operacionais e de administração de pessoal;
- c) elaborar orçamentos de aplicação, de custeio e de investimentos;
- d) elaborar os orçamentos de aplicação para os diversos tipos de operações;
- e) deliberar sobre a aquisição de bens imóveis, bem como a alienação dos bens imóveis não destinados ao uso próprio do Banco e havidos por liquidação de dívidas ativas;

II) São órgãos subordinados diretamente à Diretoria, e de suporte à mesma:

1- *Auditoria Interna* : AUDIN

Compete à AUDIN: avaliar, verificar, coordenar e orientar o funcionamento do Banco como um todo e, atender às solicitações específicas que lhes sejam feitas pela Diretoria.

2- *Consultoria Jurídica*: CONJUR

Compete à CONJUR: assessorar e organizar a área jurídica do Banco.

3- *Gabinete da Diretoria*: GADIR

Compete à GADIR: organizar a pauta de reuniões e distribuí-la, bem como secretariar as reuniões de Diretoria e do Conselho de Administração, lavrar as respectivas atas e providenciar a pronta divulgação dos atos decisórios.

### 3.1- *Assessoria de Comunicação*: ASCOM

Subordinada diretamente ao Gabinete da Diretoria, compete à ASCOM: coordenar e executar a política de comunicação social, abrangendo relações públicas, propaganda, promoção e imprensa.

### 3.2- *Escritório no Rio de Janeiro*: ESCRJ

Subordinado ao Gabinete da Diretoria, compete ao ESCRJ: encaminhar e solucionar os assuntos de interesse do Banco na cidade do Rio de Janeiro.

## 4. *Superintendência de Infra-Estrutura*: SUPIN

Compete à SUPIN: prover a BRDE de recursos humanos e materiais para atingir seus objetivos; manter a instituição capacitada, e administrar os recursos humanos e de informática.

### 4.1. *Departamento de Recursos Humanos*: DERHU

Subordinada à SUPIN, compete à DERHU: administração em geral dos recursos humanos do BDRE, bem como treiná-los e, tratar de aspectos jurídicos com relação a eles.

#### 4.1.1 *Setor de Pessoal*: SEPES

Subordinado à DERHU, compete ao SEPES: tratar de atividades referentes aos contratos de trabalho, cadastro de pessoal, controle de recursos passivos, e acompanhar processos trabalhistas.

#### 4.2 *Departamento Administrativo: DEPAD*

Subordinado à SUPIN, compete ao DEPAD: tratar de assuntos relacionados à terceirização; comunicação; execução de serviços de transporte, do patrimônio, dos bens de não- uso, almoxarifado, de organização e métodos.

##### 4.2.1 *Setor de Serviços Gerais: SEGER*

Subordinada ao DEPAD, compete ao SEGER: executar serviços relacionados ao patrimônio, aos suprimentos (almoxarifado), ao controle de arquivos passivos, de reprografia, de transportes, e de processos licitatórios de compra de bens e materiais.

#### 4.3 *Departamento de Tecnologia: DETEC*

Subordinado à SUPIN, compete ao DETEC: planejar, desenvolver e supervisionar a implantação, manutenção e operação de sistemas informatizados.

##### 4.3.1 *Setor de Desenvolvimento de Sistemas: SESIS*

Subordinado ao DETEC, compete ao SESIS: planejar e coordenar o desenvolvimento e manutenção de sistemas, bem como supervisionar sua implantação em computador.

##### 4.3.2 *Setor de Operação e Manutenção: SEOPE*

Subordinado ao DETEC, compete ao SEOPE: planejar controlar e supervisionar a operação dos equipamentos e o fluxo dos serviços de processamento de dados.

#### 4.3.3 *Setor de Suporte Técnico e Apoio a Usuários*: SETEC

Subordinado ao DETEC, compete ao SETEC: prestar suporte técnico às diversas áreas usuárias do Banco, com relação a utilização dos recursos de informática disponíveis.

### 5. *Superintendência Financeira*: SUFIN

Compete à SUFIN: coordenar, analisar e controlar as atividades financeiras e contábeis do Banco.

#### 5.1 *Departamento de Contabilidade*: DECON

Subordinado à SUFIN, compete ao DECON: executar de forma centralizada, as atribuições da atividade contábil do Banco.

#### 5.2 *Departamento Financeiro*: DEFIN

Subordinado à SUFIN, compete ao DEFIN: executar as tarefas pertinentes à movimentação de recursos financeiros do Banco.

#### 5.3 *Departamento de Controle Financeiro*: DECOF

Subordinado à SUFIN, compete ao DECOF: definir, programar, analisar e manter, em conjunto com a SUPIN, os sistemas de processamento de dados voltados às atividades financeiras e contábeis do Banco.

## *6 Superintendência de Planejamento: SUPLA*

Compete à SUPLA: coordenar e controlar as atividades de planejamento do Banco, bem como manter o Banco articulado com instituições públicas e privadas que possam representar oportunidades de parcerias ou de financiamentos para execução de projetos e/ou elaboração de estudos.

### *6.1 Departamento de Programas e Orçamento: DEPRO*

Subordinado à SUPLA, compete ao DEPRO: coordenar as atividades de planejamento organizacional e estratégico, bem como coordenar a elaboração do Orçamento Geral do Banco, compreendendo o Orçamento de Custeio e Imobilizações, Orçamento de Aplicações e a definição das Metas de Contratação, acompanhando também a elaboração das projeções financeiras, patrimoniais e de resultados pela área financeira.

## *7. Superintendência de Crédito e Controle: SUCEC*

Compete à SUCEC: elaborar e manter registros atualizados de mutuários, avalistas, sócios, entre outros, que mantenham operações com o Banco, bem como estabelecer normas para análise de risco de operações.

### *7.1 Departamento de Crédito e Normas: DECRE*

Subordinado à SUCEC, compete ao DECRE: estabelecer práticas e rotinas que visem ao aperfeiçoamento das atividades e processos operacionais, inclusive as relacionadas ao processo decisório das operações de crédito.

## *8. Superintendência de Operações Especiais: SUOPE*

Compete à SUOPE: executar as tarefas de coordenação, e orientação normativa, no que se refere às operações especiais do Banco, assim entendidas aquelas que se refiram a: Governos e/ou empresas do Setor Público Federal, Estadual ou Municipal; projetos e programas internacionais, em especial os voltados à integração do Cone Sul; operações de fusões e incorporações, joint-ventures, transferência de controle e/ou ativos, acordos de tecnologia, acordos de comercialização e operações similares; operações de emissão de ações e/ou debêntures; arrendamento mercantil (lease-back); apoio a investimentos que, pela localização, porte ou outro fator, necessitem consórcio entre instituições financeiras; apoio a investimentos fora da Região de atuação do BRDE; operações de avais e fianças junto a instituições financeiras no país e no exterior; e negociações de operações não tradicionais.

#### 9. *Superintendência de Agência*: SUCUR/SUFLO/SUPOA

Compete a Superintendência de Agência: responder pelo desempenho da Agência em todas as suas áreas, e representar o Banco, externamente, no Estado.

##### 9.1 *Assessoria Jurídica*: ASSEJUR

Subordinada à Superintendência de Agência, compete à ASSEJUR: prover a Agência na área jurídica em geral.

##### 9.2 *Gerência Administrativo-Financeira*: GEAFI

Subordinada à Superintendência de Agência, compete à GEAFI:

- a) Na área financeira: estabelecer em conjunto com a SUFIN metas relativas à recuperação de créditos via cobrança normal, bem como supervisionar e coordenar as atividades financeiras da Agência;

b) Na área administrativa: executar, no âmbito da respectiva Agência, ações vinculadas às atribuições do DEPAD.

#### 9.2.1 *Setor de Serviços Gerais: SEGER*

Subordinado à GEAFI, compete ao SEGER: executar serviços de apoio administrativo direto, tais como: segurança, zeladoria, transporte de materiais e documentos, telex, telefone, recepção, viagens, limpeza, protocolo, correio, reproduções e cópias diversas.

#### 9.3 *Gerência de Operações: GEOPE*

Subordinada à Superintendência de Agência, compete à GEOPE: é responsável pelo desempenho operacional, estando-lhe afetas todas as funções que digam respeito às atividades-fim do Banco relacionadas à Superintendência de Agência.

##### 9.3.1 *Setor de Apoio e Controle Operacional: SAOPE*

Subordinada à GEOPE, compete à SAOPE: centralizar e manter os arquivos de processos de todas as operações ativas da Agência, responsabilizando-se pela conservação dos mesmos, regularidade de conteúdo e numeração.

#### 9.4 *Gerência de Planejamento: GEPLA*

Subordinada à Superintendência de Agência, compete à GEPLA: executar, no âmbito da respectiva Agência, isoladamente ou em conjunto com a Superintendência de Planejamento, as ações vinculadas às atribuições da Superintendência de Planejamento.

#### 9.5 *Gerência de Cobrança: GECOB*



Subordinada à Superintendência de Agência.

#### 9.5.1 *Setor de Cobrança e Tesouraria: SECOB*

9.5 Subordinada à GECOB, compete à SECOB: executar as atividades e rotinas de Tesouraria sob controle da Superintendência Financeira, bem como executar as tarefas de cobrança em geral.

#### 10. *Coordenação de Relações com Entidades Governamentais: COREG*

Compete à COREG: executar ações determinadas pela Diretoria, em defesa da Instituição BRDE, nos meios políticos – executivo e legislativo.

Inserido no processo do desenvolvimento econômico nacional, o BRDE enfatiza a importância do crédito de fomento como fator de competitividade para as empresas, frente à globalização. Esta referência está baseada em dois motivos:

- ◆ Redução do custo do investimento e, portanto, os custos de produção, fator principal de competitividade;
- ◆ Sendo a longo prazo os financiamentos, há uma minimização dos riscos dos investimentos a serem realizados, o que se traduz em maior eficiência econômica.

O BRDE implementou em Santa Catarina programas decisivos para a sua industrialização, destacando-se:

#### Setor Primário:

- ◆ Avicultura e suinocultura: desenvolvimento de um sistema de integração e a implantação de plantas industriais, desde o seu início. Hoje o setor alcança índices significativos de produtividade, capital humano empregado e contribui para a

fixação do homem no campo. A agroindústria catarinense é modelo para o país e lidera o ranking das exportações;

- ◆ Fruticultura de clima temperado: acompanhamento desde o plantio até a estrutura de armazenagem e de classificação. A região chegou praticamente à auto suficiência em termos de produção nacional, exportando para mercados tidos como muito exigentes, como a Comunidade Econômica Européia;
- ◆ Cooperativismo: foi o indutor maior do processo de formação de cooperativas de produção agrícola e agro-industrial, responsáveis por expressiva margem do PIB regional e pela geração de emprego e bem estar para o segmento econômico.

Setor Secundário:

- ◆ Complexo Metal-Mecânico na região norte catarinense, que representa um referencial nacional, exportador de produtos para todos o continentes;
- ◆ Indústria Cerâmica é competitiva nacional e internacionalmente, sendo responsável por mais de 60% das exportações brasileiras;
- ◆ Indústria Têxtil em Santa Catarina dispõe de um parque industrial que representa uma das lideranças a nível nacional;
- ◆ Indústria Plástica está em franca expansão no Estado de Santa Catarina, incluindo o pólo petroquímico, indutor de investimentos de terceira geração;
- ◆ Indústria Moveleira possui o seu maior pólo exportador do país em Santa Catarina.

Setor Terciário:

- ◆ Expansão na rede hoteleira;

- ◆ Expansão de vagas na rede universitária privada;
- ◆ Apoio à saúde, através da expansão da rede particular de clínicas médicas e odontológicas, além de hospitais e postos de saúde.

Desde o período em que foi fundado, ano de 1961, até o ano de 1998, o BRDE registrou 15.000 clientes, 40.000 projetos apoiados e gerou 1,3 milhão de novos postos de trabalho.

Em Santa Catarina o BRDE está presente em 251 dos 293 municípios, atendendo, assim, um percentual de 86% do Estado.

O BRDE atua com várias linhas de crédito, podendo-se destacar a linha do BNDES, a da FINAME, EMBRATUR, FINEP, com as quais mantém relacionamentos de parceria.

A linha do BNDES financia os mesmos produtos que a FINAME, EMBRATUR e FINEP. Contudo, a diferença entre o BNDES e as outras linhas é o tipo de correção monetária: a linha BNDES é corrigida pela TJLP, enquanto as outras linhas são corrigidas pela TR.

A linha do BNDES é a que o BRDE chama de BNDES-Automático. A esta linha será dada maior atenção por se tratar do objeto de estudo deste trabalho, sendo que a mesma financia os vários setores da economia, os quais serão tratados separadamente a seguir.

Tabela 01: Indústria

| Micro e Empresa de<br>Pequeno Porte | Participação | Prazo Máximo |       | Juros    |
|-------------------------------------|--------------|--------------|-------|----------|
|                                     | %            | Carência     | Total | (% a.a.) |
| Investimento Fixo                   | 70           | 24           | 60    | 5,0      |
| Máq. e Equipamentos                 | 70           | 24           | 60    | 5,0      |
| Capital de Giro                     | 70           | 24           | 60    | 5,5      |

Fonte: BRDE

\* O capital de Giro financiável é de até 100% do investimento fixo financiável.

\* De acordo com a Lei 8.864, micro e empresas de pequeno porte são aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 720.000,00 no exercício anterior.

Tabela 02:

| Demais Portes       | Participação | Prazo Máximo |       | Juros    |
|---------------------|--------------|--------------|-------|----------|
|                     | %            | Carência     | Total | (% a.a.) |
| Investimento Fixo   | 60           | 24           | 60    | 6,5      |
| Máq. e Equipamentos | 60           | 24           | 60    | 6,5      |
| Capital de Giro     | 60           | 24           | 60    | 6,5      |

Fonte: BRDE

\* O capital de Giro financiável é de até 30% do investimento fixo financiável.

### Comércio:

Neste setor do mercado, o BRDE oferece as mesmas opções de financiamento da linha BNDES-Automático que oferece na indústria, de acordo com o porte da empresa.

### Serviço:

No setor de serviço, o BRDE oferece as mesmas condições acima expostas para micro e empresa de pequena porte, ou seja, o mesmo que na indústria. Contudo, para os demais portes, no setor de serviços, o BRDE não financia o capital de giro, permanecendo as mesmas disposições que na indústria para investimento fixo e de máquinas e equipamentos.

Tabela 03: Turismo

| Micro e Empresa de<br>Pequeno Porte | Participação | Prazo Máximo |       | Juros    |
|-------------------------------------|--------------|--------------|-------|----------|
|                                     | %            | Carência     | Total | (% a.a.) |
| Investimento Fixo                   | 70           | 24           | 96    | 5.0      |
| Máq. e Equipamentos                 | 70           | 24           | 96    | 5.0      |
| Capital de Giro                     | 70           | 24           | 96    | 5.5      |

Fonte: BRDE

\* O capital de Giro financiável é de até 100% do investimento fixo financiável.

\* De acordo com a Lei 8.864, micro e empresas de pequeno porte são aquelas com faturamento bruto anual de até R\$ 720.000,00 no exercício anterior.

Tabela 04:

| Demais Portes       | Participação | Prazo Máximo |       | Juros    |
|---------------------|--------------|--------------|-------|----------|
|                     | %            | Carência     | Total | (% a.a.) |
| Investimento Fixo   | 60           | 24           | 96    | 6.5      |
| Máq. e Equipamentos | 60           | 24           | 96    | 6.5      |
| Capital de Giro     | -            | -            | -     | -        |

Fonte: BRDE

Tabela 05: Agro-pecuária

| Empresa de Qualquer Porte | Participação | Prazo Máximo |       | Juros    |
|---------------------------|--------------|--------------|-------|----------|
|                           | %            | Carência     | Total | (% a.a.) |
| Investimento Fixo         | 60           | 24           | 60    | 6,5      |
| Máq. e Equipamentos       | 60           | 24           | 60    | 6,5      |
| Capital de Giro           | -            | -            | -     | -        |

Fonte: BRDE

\* Prazos especiais:

- a) Carcinicultura até 84 meses;
- b) Erva Mate até 84 meses, sem limites de carência;
- c) Fruticultura até 84 meses, sem limites para carência;
- d) Reflorestamento até 120 meses, sem limites para carência.

## 4 METODOLOGIA

Este trabalho se utilizou de métodos qualitativos para alcançar seus objetivos, pois pretendeu confrontar os dados obtidos com a realidade, buscando expressar perspectivas e tendências. Esta descrição caracteriza o tipo de pesquisa qualitativa denominada estudo de caso.

### 4.1 Generalidades

Por metodologia pode-se entender: “a arte de dirigir o espírito na investigação da verdade; estudo dos métodos e, especialmente, dos métodos da ciências.” Aurélio ( 1975, pg. 919).

A metodologia regula previamente uma série de operações que se devem realizar, apontando erros evitáveis, em vista de um resultado determinado. Assim, pode-se dizer que a metodologia torna o trabalho científico metódico, sendo de suma importância para o sucesso do mesmo.

É de domínio da Metodologia, a caracterização do tipo de pesquisa que se pretende realizar. Assim sendo, o tipo que se destaca neste trabalho é a pesquisa qualitativa. A seguir serão dadas as características de pesquisa qualitativa de acordo com Triviños ( 1995, pg. 128), que coloca:

- ◆ A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave;
- ◆ É descritiva;
- ◆ Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto;
- ◆ Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente;
- ◆ O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

Na pesquisa quantitativa não há uma visão isolada das partes do estudo. Todas estão relacionadas.

Entre os tipos de pesquisa qualitativa, o estudo de caso é um dos mais relevantes.

Pode-se conceituar o estudo de caso como sendo “uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente.” Triviños (1995, pg. 134).

Existem vários tipos de estudo de caso:

- ◆ Histórico-organizacionais: o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição. Ele irá se basear em documentos da instituição, publicações e entrevistas;
- ◆ Observacionais: a técnica de coleta de informações é a observação participante, e o foco da pesquisa é uma parte da organização;
- ◆ História de vida: consiste em entrevista semi-estruturada que se realiza com uma pessoa de relevo social ( escritor famoso, cientista célebre, ect.), ou com uma pessoa de vida comum. A entrevista deve se aprofundar na vida do indivíduo. Contudo, é importante que se analise documentos, obras, realize entrevistas com pessoas vinculadas ao entrevistado principal, objetivando que a pesquisa não tenha somente uma visão unilateral da vida do indivíduo.

Outro aspecto interessante do estudo de caso é o de existir possibilidade de se estabelecer comparações entre dois ou mais enfoques específicos, o que dá origem aos estudos comparativos de caso.

Dentre as técnicas de coleta de dados na pesquisa qualitativa, o que também envolve o estudo de caso, tem-se: o questionário fechado ou aberto, a escala de opinião, a entrevista estruturada e semi-estruturada, a observação dirigida ou livre, análise de documentos, entre outros.

#### **4.2 Delineamento da Pesquisa:**



#### 4.2.1 Quanto aos fins:

Esta pesquisa é de natureza descritiva, pois tem como objetivo expor a situação em estudo e, “estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza” ( Vergara, 1997, p45)

#### 4.1.2 Quanto aos meios:

Esta pesquisa abrangeu uma investigação documental, um levantamento bibliográfico e um estudo de caso. Segundo Vergara (1997, p46) investigação documental “é realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas ...”

Um levantamento bibliográfico é um estudo feito através de livros, revistas, jornais, isto é, o material disponível ao público em geral, Vergara (1997, p46).

Por fim, um estudo de caso “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento...” Gil (1996, p58).

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

O presente trabalho deseja demonstrar a evolução dos níveis de emprego no Estado de Santa Catarina, e relacionar esta evolução com os financiamentos concedidos pelo BRDE no Estado. Assim, primeiramente será feita uma explanação sobre a situação dos níveis de emprego no Estado, no período do ano de 1996 até 1998, através de dados conseguidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

### 5.1 Situação do Estado de Santa Catarina

Os dados disponíveis nas tabelas abaixo relacionadas, vão indicar a situação domiciliar, as classes de rendimentos e os ramos de atividade principal no trabalho, no Estado de Santa Catarina.

Tabela 06: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, segundo a situação do domicílio na semana de referência

| Situação do Domicílio | Ano       |           |           |
|-----------------------|-----------|-----------|-----------|
|                       | 1996      | 1997      | 1998      |
| População Total       | 2.512.180 | 2.544.981 | 2.563.142 |
| População Urbana      | 1.670.466 | 1.750.971 | 1.731.268 |
| População Rural       | 841.714   | 794.010   | 825.813   |

Fonte: IBGE

Como pode-se observar, no total, houve aumento na população economicamente ativa, a comprovar que o Brasil ainda tem uma maioria jovem, em sua população economicamente ativa. Contudo, de acordo com a projeção feita para o ano de 1998, houve uma estabilização da população economicamente ativa, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Tabela 07: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, segundo a situação do domicílio e as classes de rendimento mensal

| Classes de Rendimento Mensal | Ano                   |         |                       |         |                       |         |
|------------------------------|-----------------------|---------|-----------------------|---------|-----------------------|---------|
|                              | 1996                  |         | 1997                  |         | 1998                  |         |
|                              | Situação do Domicílio |         | Situação do Domicílio |         | Situação do Domicílio |         |
|                              | Urbana                | Rural   | Urbana                | Rural   | Urbana                | Rural   |
| Até ½ Salário Mínimo         | 18.772                | 17.599  | 23.205                | 18.109  | 24.853                | 20.098  |
| Mais de ½ a 1 SM             | 112.606               | 95.017  | 114.318               | 78.664  | 118.519               | 91.052  |
| Mais de 1 a 2 SM             | 253.966               | 131.967 | 262.594               | 135.259 | 269.759               | 137.862 |
| Mais de 2 a 3 SM             | 319.681               | 92.094  | 338.420               | 103.561 | 319.998               | 98.380  |
| Mais de 3 a 5 SM             | 349.010               | 89.750  | 379.166               | 91.113  | 354.976               | 89.256  |
| Mais de 5 a 10 SM            | 286.223               | 56.892  | 271.081               | 46.974  | 284.113               | 47.963  |
| Mais de 10 a 20 SM           | 110.257               | 15.249  | 124.500               | 10.187  | 123.419               | 11.719  |
| Mais de 20 SM                | 63.933                | 5.868   | 70.741                | 3.395   | 62.998                | 3.850   |
| Sem Rendimento (1)           | 141.941               | 304.433 | 156.194               | 306.182 | 160.167               | 315.510 |
| Sem Declaração               | 14.077                | 32.845  | 10.752                | 566     | 12.470                | 14.185  |

(1) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

Fonte: IBGE

No meio urbano, até a faixa salarial de 1 a 2 SM, existe uma tendência de crescimento da população. Já na faixa seguinte, ocorre estabilização do número de indivíduos. Esta estabilização se mantém até a faixa salarial de mais de 20 SM.

Na área rural, todas as faixas salariais permanecem em equilíbrio durante o período em estudo, só saindo deste contexto a faixa salarial correspondente a mais de 20 SM, que teve um pico em 1996, e se aproxima ao valor anterior a 1996, que era de 2.288 em 1995.

Tabela 08: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo ramos de atividade principal

| Ramos de Atividade do Trabalho Principal                 | Empregados em Cada Ano |         |         |
|--|------------------------|---------|---------|
|  | 1996                   | 1997    | 1998    |
| Agrícola   | 102.638                | 113.750 | 114.056 |
| Indústria de Transformação                               | 407.054                | 423.878 | 421.053 |
| Indústria da Construção                                  | 75.077                 | 78.094  | 74.690  |
| Outras Atividades Industriais                            | 21.703                 | 25.468  | 24.300  |
| Comércio de Mercadorias                                  | 153.109                | 147.149 | 151.732 |
| Prestação de Serviços                                    | 96.197                 | 110.922 | 103.725 |
| Serviços Auxiliares da Atividade Econômica               | 33.431                 | 38.488  | 37.884  |
| Transporte e Comunicação                                 | 45.753                 | 46.974  | 49.016  |
| Social   | 146.059                | 145.443 | 145.575 |
| Administração Pública                                    | 99.135                 | 82.624  | 86.697  |
| Outras Atividades, Ativ. Mal Definidas ou Não Declaradas | 26.975                 | 33.948  | 30.981  |

Fonte: IBGE

Na atividade agrícola, desde de 1996, está ocorrendo aumento de pessoas empregadas, de acordo com a projeção feita para 1998.

Nas demais atividades, até serviços auxiliares da atividade econômica, o número de indivíduos empregados é praticamente equilibrado durante o período em estudo. Incluindo neste comentário a atividade social.

A atividade de transporte e comunicação, de acordo com a projeção feita para 1998, tem empregado cada vez mais pessoas, com um aumento, de 1996 para 1997, de 2, 67%. Sendo que de 1996 até 1998 teve um acréscimo de 7,13% em seu número de empregados.

## 5.2 Descrição dos Investimentos Feitos pelo BRDE no Período de 1996 até 1998

Esta etapa do trabalho tem como objetivo descrever os financiamentos concedidos pelo BDRE, entre os anos de 1996 a 1998, na linha BNDES-Automático. Será exposto também em quais setores econômicos houve

investimentos, bem como quais cidades do Estado de Santa Catarina foram beneficiadas.

Para um melhor entendimento, a descrição será dividida pelos anos em estudo.

### 5.2.1 Ano de 1996

O ano de 1996 teve um total de R\$ 99.877.468,15 de financiamentos concedidos através da linha BNDES-Automático. (ver gráficos pg. 56 e 57)

Deste montante total, 42,49%, ou seja, R\$ 42.438.021,71 foram aplicados na agroindústria, sendo que o restante foi aplicado em turismo, indústria plástica, indústria cerâmica, entre outras áreas nas quais o investimento foi de menor significância ( menos de 1% para cada área do total descrito).

A atividade que mais se destacou neste período foi a de suinocultura, perfazendo um total de 16% do montante investido, sendo equivalente a R\$ 15.980.394,90, em um total de 539 contratos. Esta atividade compreende basicamente o abate de animais, e é constituída por pequenos financiamentos, variando de R\$ 1.000,00 a R\$ 100.000,00 em sua maioria. Os clientes que fazem uso desta linha para criação de suínos são pequenos produtores rurais, na maior parte colonos que exercem a atividade com suas famílias.

A atividade de suinocultura financiada pelo BRDE no ano de 1996, foi diluída por todo o oeste catarinense. As principais cidades que receberam este investimento foram: Guaraciaba, Rio das Antas e São José do Cedro, sendo responsáveis por R\$ 3.785.793,10 do total investido na atividade.

Vale acrescentar ao comentário da atividade suinocultura, que 47% do total dos financiamentos concedidos objetivavam a expansão da atividade; outros iguais 47%, a modernização, com construção de maternidades, creches, bioesterqueiras, entre outras melhorias; e 6% do total tinha por meta a iniciação de uma criação de suínos.

Em segundo lugar na totalidade do financiado no período, estão 10% do investimento em fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso na construção civil ( popularmente conhecidos por pisos e revestimentos

cerâmicos), e 10% em estabelecimentos hoteleiros com restaurante. Cada uma das atividades mencionadas recebeu um investimento de R\$ 9.987.756,82.

Na atividade de fabricação de pisos e revestimentos cerâmicos, o BRDE financiou cidades como Criciúma, Florianópolis, Morro da Fumaça, enfim, região cerâmica do Estado. Dos projetos apresentados por esta atividade, 43% visavam à expansão de negócios já existentes, e 57% a implantação de novas empresas no ramo.

Os outros 10% investidos em estabelecimentos hoteleiros com restaurante, sendo as principais cidades financiadas: Abelardo Luz, Balneário Camboriú, Chapecó, Florianópolis e Joinville. Juntas, estas cidades receberam R\$ 7.850.484,00, do total de R\$ 9.987.746,81. Outros municípios também receberam financiamentos em menor porte, como é o caso de Gaspar, Içara, Rio do Sul, e São Francisco do Sul. Dentre os financiados, 89% objetivava a expansão do negócio, sendo que apenas 11% requisitou para a implantação de nova empresa.

Chamaram a atenção, porém em menor valor investido, as atividades de fruticultura ( 5%), silvicultura (5%), abate de aves e outros pequenos animais (5%).

A fruticultura, que possui 5% do total investido no período, referente a R\$ 4.993.873,41, financiou cerca de 77 clientes, em basicamente cinco cidades do Estado. São estas cidades: Bom Jardim da Serra, Pinheiro Preto, São Joaquim, Tangará e Videira.

A fruta mais cultivada é a maçã, contudo, também há culturas de pêra, pêssego, ameixa, maracujá, caqui e nectarina. Muitos dos financiados exportam suas frutas para outros países, ou conglomerados econômicos, como o caso da Comunidade Econômica Européia – CEE.

A silvicultura compreende, no estado de Santa Catarina, o plantio de erva-mate, pinus, palmeira real e eucalipto.

No item outros citado no gráfico, pg. 56, estão compreendidas as atividades de: fabricação de móveis com predomínio de madeira, fabricação de produtos plásticos, criação de aves, entre outros.

No item outras citado no gráfico, pg. 57, estão compreendidas as cidades de Guaraciaba, Blumenau, Fraiburgo, Araranguá, entre outras.

GRÁFICO DOS INVESTIMENTOS FEITOS PELO BRDE, ATRAVÉS DA LINHA BNDES-AUTOMÁTICO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ANO DE 1996, POR ATIVIDADE FINANCIADA, EM VALOR TOTAL DE R\$99.877.468,15

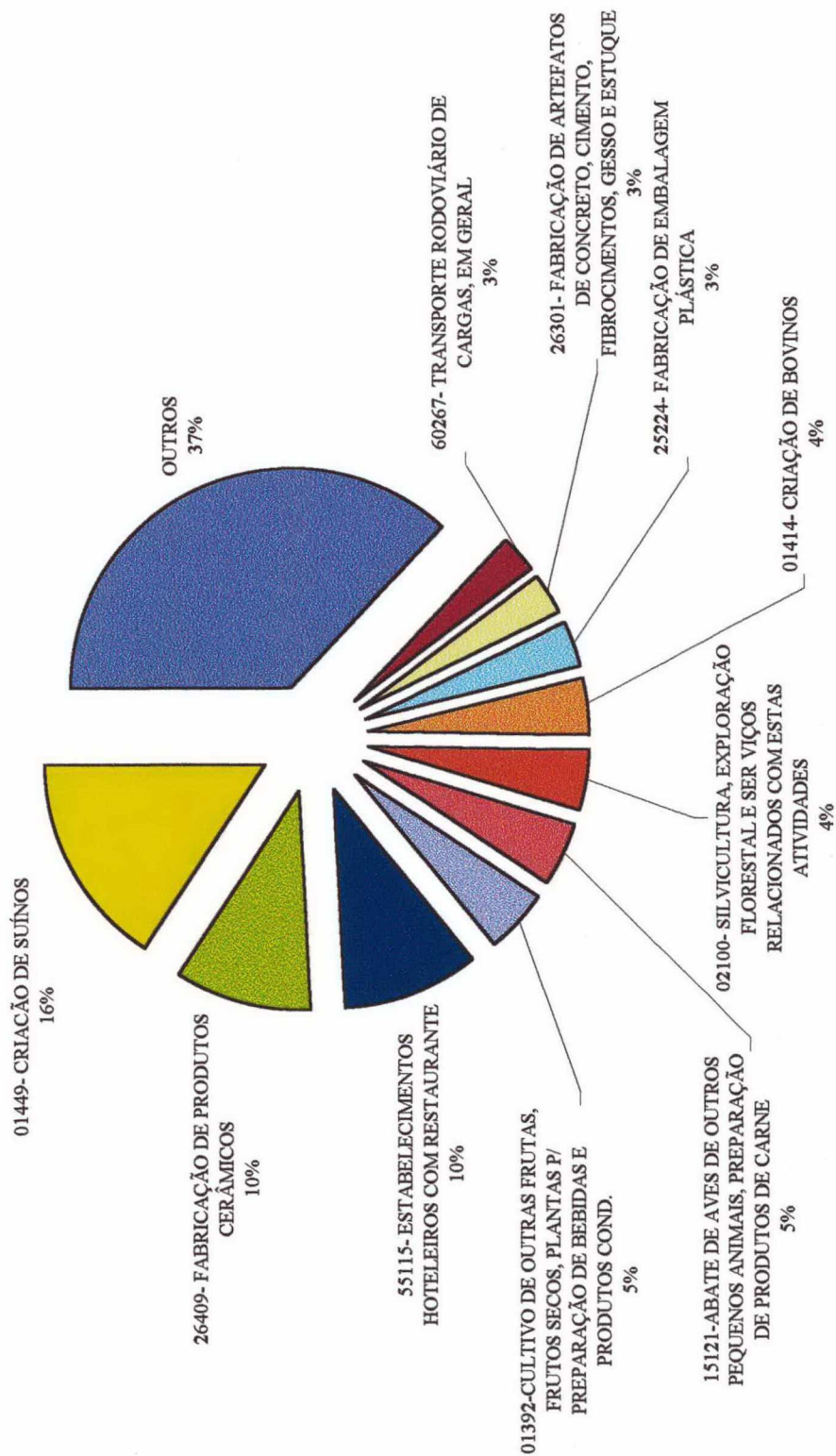
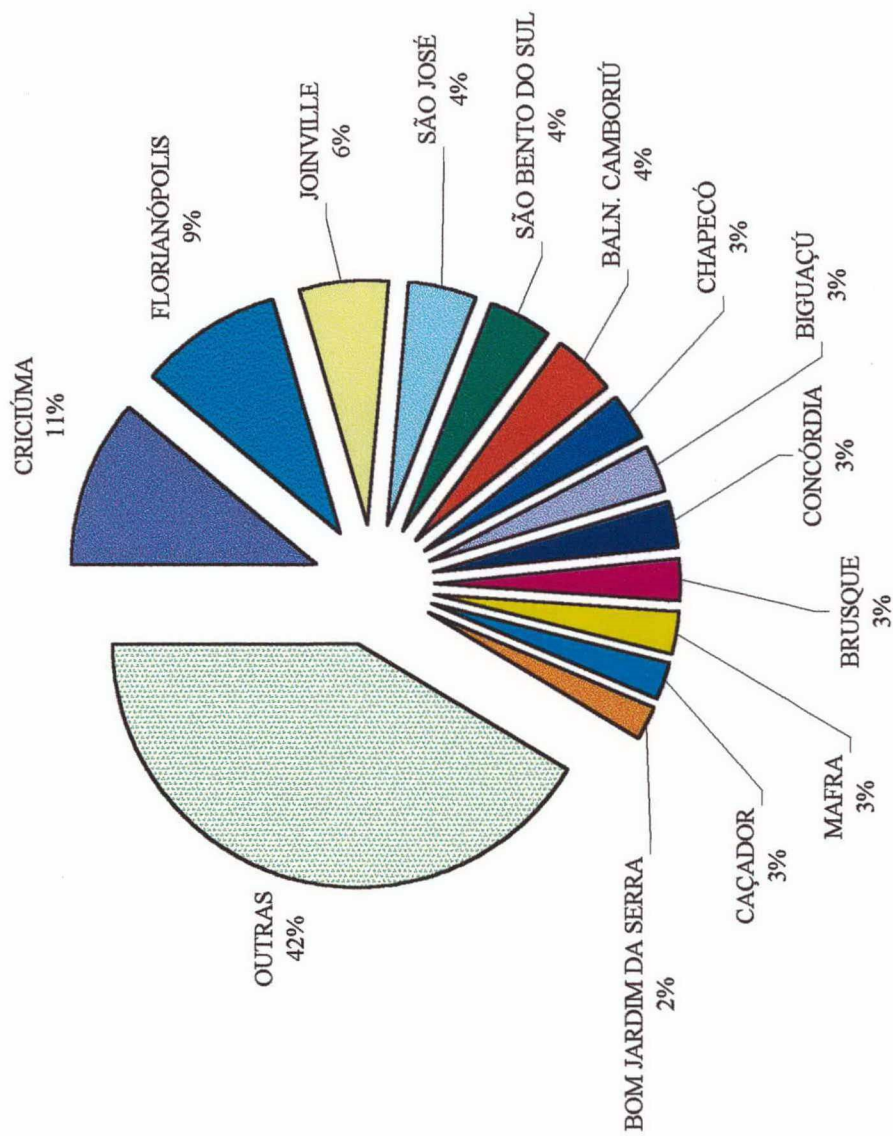


GRÁFICO DOS INVESTIMENTOS FEITOS PELO BRDE, ATRAVÉS DA LINHA BNDDDES-AUTOMÁTICO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ANO DE 1996, POR CIDADE FINANCIADA, EM VALOR TOTAL DE R\$99.877.568,15





### 5.2.2 Ano de 1997

No ano de 1997, o BRDE investiu em Santa Catarina R\$ 51.138.931,84, reflexo da situação recessiva do país. (ver gráficos pg. 60 e 61)

Deste total, 15% foi investido em cultivo de frutas, frutos secos, plantas para preparação de bebidas e produtos condicionados. Essas frutas correspondem a maçã, principalmente, pêsego, nectarina, caqui, maracujá, ameixa e pêra. A cidade mais financiada foi São Joaquim, tendo recebido um total de R\$ 2.570.757,45. Dentre todos os financiados, 31% objetivavam expandir seu negócio, 68% implantar novo pomar, e apenas 1% pretendia a modernização de seu negócio.

À atividade hoteleira foi concedido 12% do total do crédito de 1997, sendo as cidades que mais investiram no turismo: Blumenau, Passo Fundo e Piratuba, respondendo juntas por R\$ 3.595.699,00 do total de R\$ 6.273.239 investido na atividade.

O terceiro setor em que houve mais investimento no período foi o da construção civil, com 10% do total investido, sendo a cidade que mais se destacou na atividade Florianópolis.

Outras atividades que receberam montante considerável no período (8% do total), foram educação superior, com financiamento de universidades privadas, e o comércio atacadista de produtos do vestuário e outros complementos. O município que mais recebeu recursos na última atividade citada foi Florianópolis.

Atividades que também merecem comentários pela percentagem a que correspondem do total de crédito concedido pelo BRDE são fabricação de móveis com predominância em madeira (5%), confecção de peças do vestuário (5%), e criação de suínos (5%).

É interessante atentar para a queda de investimento de 1996 para 1997, em um percentual de 49%. Também para a mudança de atividades investidas,

com maior ênfase, em 1997, para o cultivo de frutas, construção civil, e atividade hoteleira.

Vale citar as cidades que mais se sobressaíram em termos de recebimento de crédito pelo BRDE neste ano, que foram: Florianópolis, 20%; Itajaí, 12%; Blumenau e Fraiburgo, com 7% cada; São Joaquim e São José, com 5% cada.

No item outros do gráfico ( pg. 60) estão relacionadas as seguintes atividades: fabricação de produtos cerâmicos, fabricação de produtos plásticos, criação de aves, entre outros.

No item outras do gráfico ( pg. 61) estão relacionadas as seguintes cidades: Joinville, Brusque, Videira, Concórdia, Rio do Sul, entre outras.

GRÁFICO DOS INVESTIMENTOS FEITOS PELO BRDE, ATRAVÉS DA LINHA BNDES-AUTOMÁTICO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ANO DE 1997, POR ATIVIDADE FINANCIADA, EM VALOR TOTAL DE R\$ 51.138.931,84

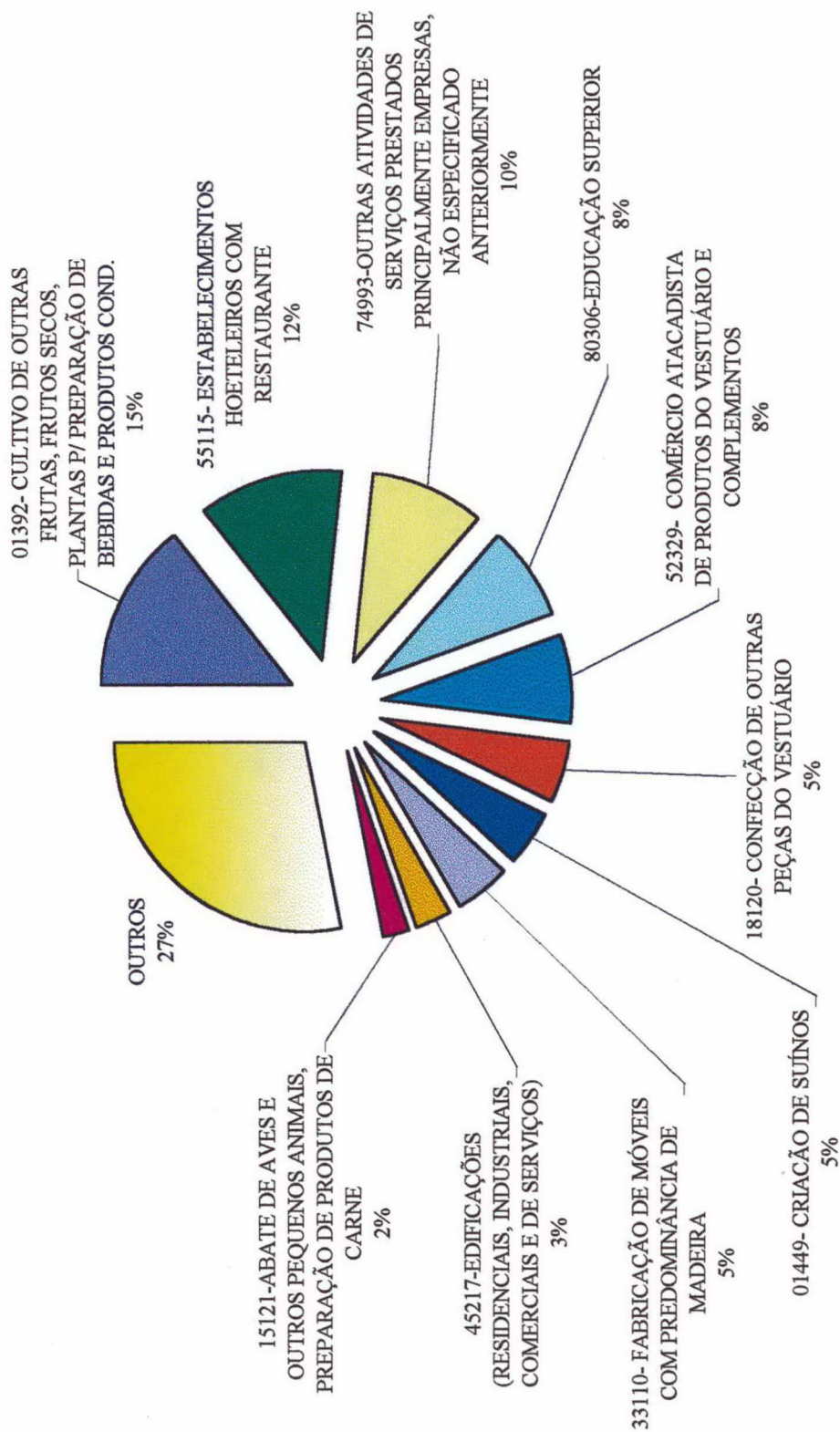
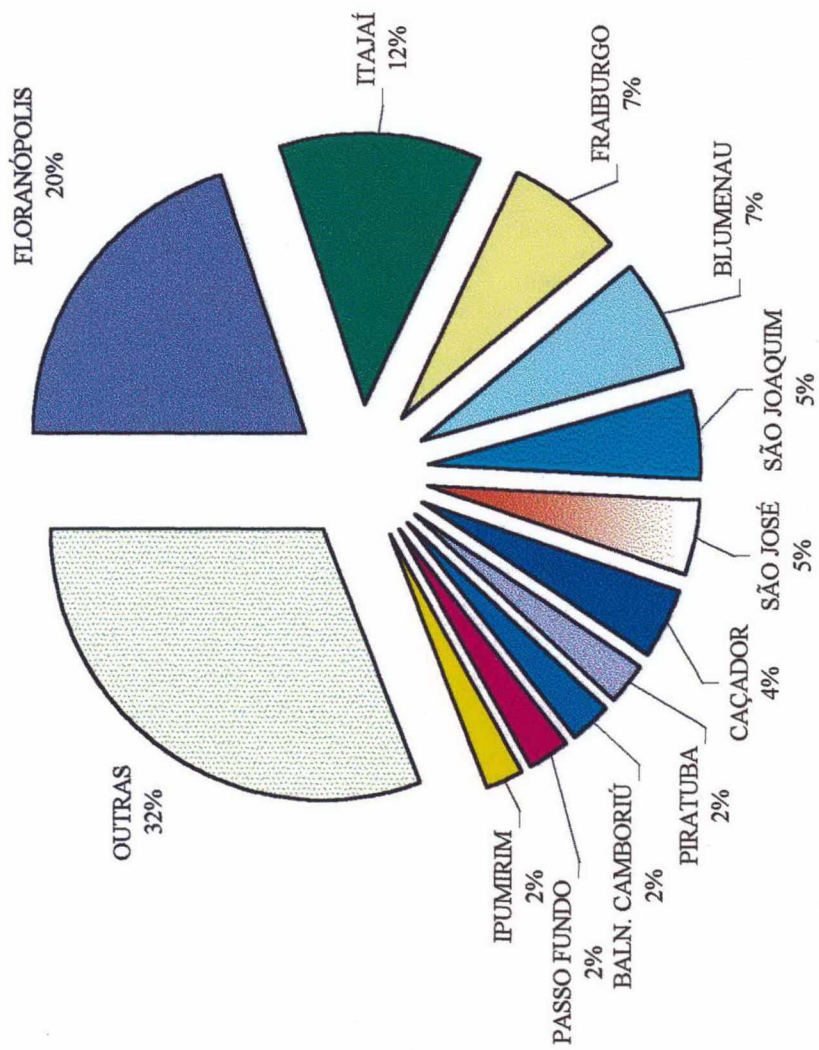


GRÁFICO DOS INVESTIMENTOS FEITOS PELO BRDE, ATRAVÉS DA LINHA BNDDDES-AUTOMÁTICO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ANO DE 1997, POR CIDADE FINANCIADA, EM VALOR TOTAL DE R\$ 51.138.931,84





### 5.2.3 Ano de 1998

Em 1998, o BRDE investiu no Estado, através da linha BNDES-Automático R\$ 54.050.088,00, mantendo sua queda de investimento com relação ao ano de 1996. (ver gráfico pg. 63 e 64)

As duas atividades que mais receberam investimento no período foram fabricação de embalagem plástica (12%) e cultivo de frutas, frutos secos, plantas para preparação de bebidas e produtos condicionados (12%).

No cultivo de frutas, as cidades que mais receberam investimento foram São Joaquim e Videira. Do total de financiamentos concedidos, 47% tinham por meta a expansão de seus negócios, e 53% a implantação de empreendimento.

Na atividade e fabricação de embalagem plástica, a principal cidade financiada foi Urussanga, prevalecendo a implantação de novos negócios.

Correspondendo a 9% do montante investido está a atividade de estabelecimentos hoteleiros com restaurante. Os municípios mais financiados foram Florianópolis e Brusque, e 67% dos financiamentos concedidos objetivavam a expansão do negócio, e 33% a implantação de empreendimento na área.

A atividade criação de suínos recebeu 6% do total, ou seja, R\$ 3.243.005,28. O mesmo valor foi para o transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano.

As cidades mais financiadas no ano de 1998, em termos monetários, foram: Florianópolis, Caçador, Urussanga, Criciúma e Fraiburgo. Sendo que as que constam do item outras do gráfico, pg. 64, são: Brusque, Chapecó, São Joaquim, Bom Jardim da Serra, Baln. Camboriú, entre outras.

No item outros no gráfico, pg. 63, estão relacionadas as seguintes atividades: fabricação de produtos plásticos, fabricação de móveis com predominância de madeira, criação de aves, entre outros.

GRÁFICO DOS INVESTIMENTOS FEITOS PELO BRDE, ATRAVÉS DA LINHA BNDES-AUTOMÁTICO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ANO DE 1998, POR ATIVIDADE FINANCIADA, EM VALOR TOTAL DE R\$ 54.050.088,00

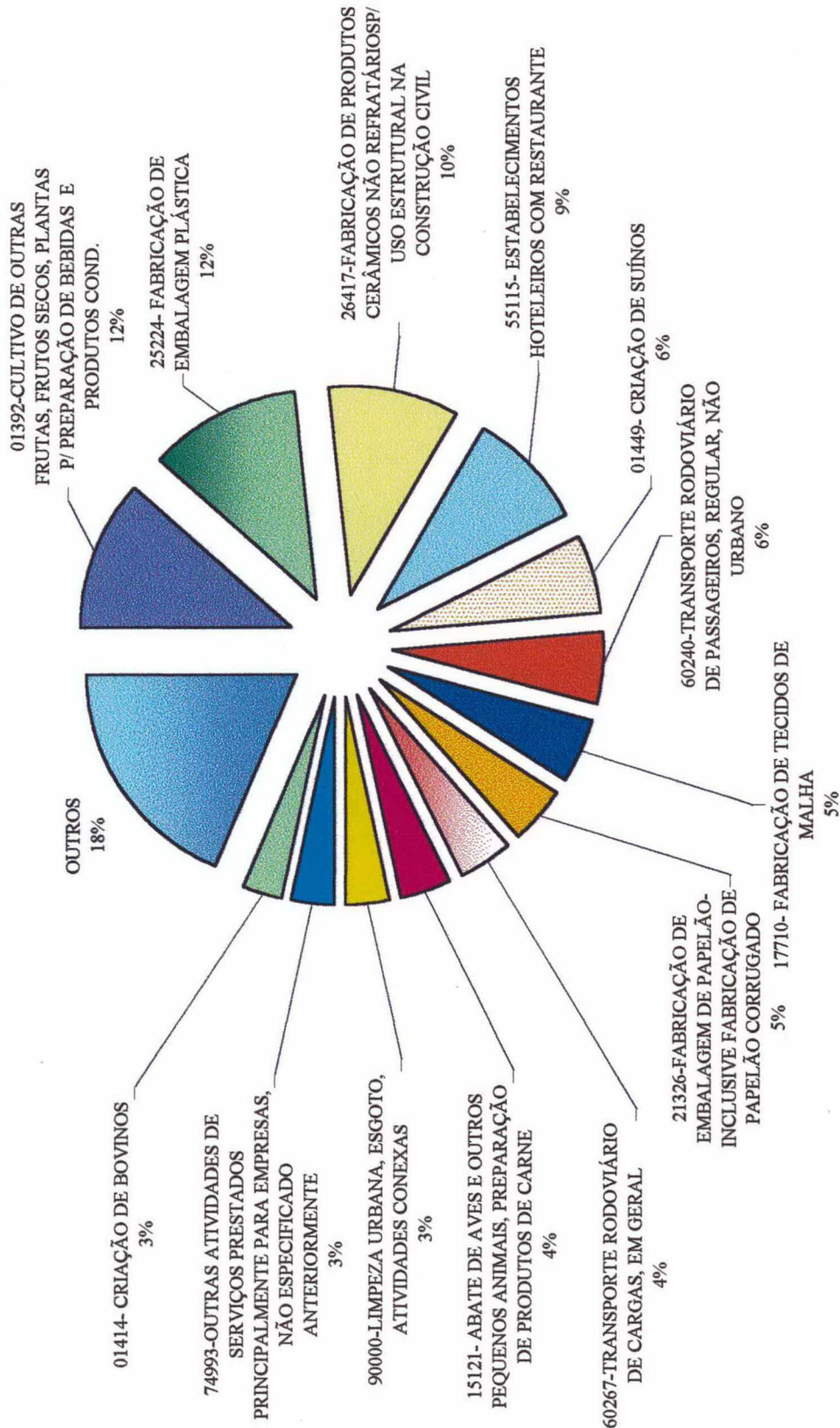
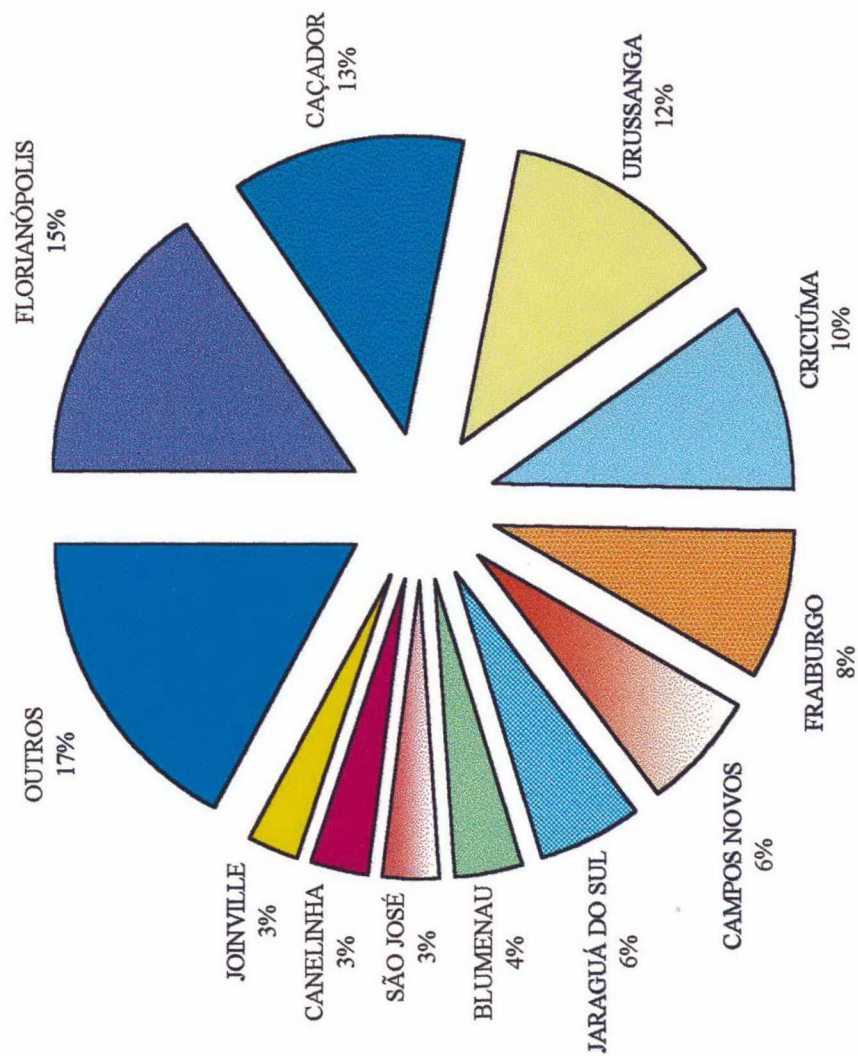


GRÁFICO DOS INVESTIMENTOS FEITOS PELO BRDE, ATRAVÉS DA LINHA BNDES-AUTOMÁTICO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO ANO DE 1998, POR CIDADE FINANCIADA, EM VALOR TOTAL DE

R\$ 54.050.088,00



### **5.3 Relacionamento da Situação do Estado de Santa Catarina com os Financiamentos Concedidos pelo BRDE**

Segundo dados colhidos no BRDE, pode-se concluir que o Banco gera aproximadamente 100.000 novos postos de trabalho diretos, por ano.

De acordo com as informações colhidas no IBGE, as áreas que estão gerando mais postos de trabalho, em uma tendência crescente são a agrícola e a de transporte e comunicação.

No meio rural, como pode-se observar, é onde a maior parte dos créditos que o BRDE concede se concentram, no Estado. Dentro das políticas do governo do Estado na época, era proposta de campanha a geração de oportunidades de trabalho no meio rural. Neste aspecto, o BRDE contribuiu, em muito para o desenvolvimento econômico no meio rural. Dos R\$ 205.066.588,00 investidos no Estado, através da linha BNDES-Automático, nos anos de 1996 a 1998, 30% foram investidos no setor agropecuário, ou seja, no meio rural.

Desta forma, pode-se entender que o aumento no crescimento do número de pessoas empregadas no meio agrícola diz respeito, também, aos financiamentos concedidos pelo BRDE no período citado.

Já no setor de transporte e comunicação, pode-se dizer que o BRDE, na linha BNDES-Automático, somente financiou a atividade de transporte. Foi investido 4% nesta atividade do valor total investido nos três anos em estudo, correspondendo a R\$ 8.949.601.92. Se comparado com a atividade agrícola, estudada anteriormente, o valor não é de significância, contudo, deve-se observar que a atividade de transporte e comunicação no Estado emprega menos da metade de pessoas que a agricultura.

Desta forma, chega-se a conclusão de que o crescimento de indivíduos empregados no setor de transporte e comunicação, diz respeito, também ao valor investido pelo BRDE na atividade de transporte ao longo do período.



No setor de indústria de transformação pode-se citar a contribuição do BRDE principalmente com o financiamento de indústrias cerâmicas. Nesta atividade, o BRDE investiu, no três anos, R\$ 15.591.946,00.

Continuando-se a analisar o setor de indústria de transformação, deve-se incluir os investimentos feitos pelo Banco em indústria de produtos plásticos. Os investimentos nesta atividade foram de R\$ 13.075.528,40 durante o período estudado. Assim, entende-se que o aumento de pessoas empregadas no setor da indústria de transformação também seja de responsabilidade do BRDE.

Outro setor que não pode ser esquecido é o de prestação de serviços. Neste setor o BRDE contribuiu, principalmente com o financiamento de estabelecimentos hoteleiros. Foram investidos R\$ 21.089.022,00 de 1996 até 1998. Pode-se comparar o discreto crescimento de pessoas empregadas no setor com os investimentos concedidos pelo BRDE, uma vez que, em sua maioria, eram projetos que visavam à expansão ou implantação de novos empreendimentos.

## 6 CONCLUSÃO

No decorrer do presente trabalho, baseado nas informações coletadas e diagnosticadas, chegou-se à seguinte conclusão: o BRDE, com seus investimentos no Estado de Santa Catarina gerou novos postos de trabalho no período de 1996 a 1998.

Para que se chegasse a conclusão acima, foi preciso coletar no BRDE a relação de financiamentos concedidos nos anos de 1996, 1997 e 1998, na linha BNDES-Automático.

De posse dos registros de financiamentos concedidos, foi necessário ordená-los, a fim de, posteriormente, fazer-se uma tabulação para a conclusão da pesquisa quanto às informações coletadas no Banco. Os registros foram organizados, primeiramente, por atividade, de acordo com a classificação do IBGE, e depois ordenados por cidade de origem.

Com esta organização, foi possível saber em quais atividades o BRDE mais investiu em cada ano estudado, que foram as relacionadas ao setor agrícola. Bem como, com a organização dos dados por cidade, pode-se constatar que a região do Estado que mais recebeu recursos no período estudado foi o Oeste.

Não pode-se deixar de lado, que os dados coletados também constavam do objetivo de cada projeto, podendo-se observar que em sua maioria, os projetos tinham por meta a expansão ou implantação de novos negócios, o que, obviamente, gera novos postos de trabalho.

Outro aspecto que chamou a atenção na pesquisa feita no BRDE, foi a redução de financiamentos concedidos em 1996, se comparado com 1997 e 1998. Nos dois últimos anos, o valor investido no Estado ( por ano) foi quase a metade do investido em 1996. Pode-se concluir que esta situação é reflexo da recessão econômica por qual passou e ainda passa o país.

Contudo, pode-se expor que este trabalho teve um certo grau de dificuldade na organização dos dados coletados no BRDE, devido ao número de registros existentes e também de sua variedade, pois foram diagnosticados os setores da indústria, comércio, turismo e serviços, e seus objetivos quanto ao projeto inicial apresentado ao Banco (expansão, implantação ou modernização). Foram coletados 1.440 registros no total.

Com as informações obtidas no IBGE, sobre a situação da mão-de-obra no estado de Santa Catarina, constatou-se a geração de novos postos de trabalho pelo BRDE. Uma vez que, o setor que mais gera postos de trabalho no Estado é o agrícola, e o setor que mais recebe recursos do Banco também é o agrícola, colocando-se este, como exemplo principal.

Desta forma, conclui-se o presente trabalho de forma positiva, comprovando-se a geração de novos postos de trabalho pelo BRDE. Positiva porque, em tempos de recessão pela qual passa o país, em que os níveis de desemprego estão em tendência de alta, é gratificante constatar-se que o BRDE está cumprindo sua função como Banco de Desenvolvimento, gerando não só empregos, mas também melhorando a qualidade de vida do povo de Estado de Santa Catarina.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DIAMOND, Willian. Bancos de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
2. GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.
3. HUGON, Paul. História das Doutrinas Econômicas. 14ª ed. São Paulo: Atlas, 1980.
4. IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
5. LIMA NETTO, Roberto Procópio de. Curso Básico de Finanças: aplicado à empresa brasileira. São Paulo: Saraiva, 1976.
6. MARINHO, Henrique. Política Monetária no Brasil: da teoria à prática. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
7. MORITZ, Gilberto de Oliveira. Diagnóstico Organizacional e Mercadológico da Fábrica de Rendas e Bordados Gisim S/A . Florianópolis: [s.n.], 1998.
8. SANVICENTE, Antônio Zoratto. Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 1978.
9. SANVICENTE, Antônio Zoratto. Administração Financeira. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.
10. SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas, 1995.

11. TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.
12. VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas. 1997.
13. VICENTINO, Cláudio. Idade Moderna e Contemporânea. São Paulo: Scipione, 1994

## **8 ANEXO**

O anexo a seguir mostra o organograma do BRDE, que é complemento para melhor entendimento da estrutura do Banco.

